



Eis, diante do Jubileu que se aproxima, alguns parâmetros de construção de uma sociedade Reconciliada! O desafio está colocado em nível teológico e pastoral.

Bibliografia Consultada:

- ALMEIDA, Luciano Mendes. *Ética e Privatização da Vale do Rio Doce* – Comissão brasileira de Justiça e Paz – Brasília – 17/12/1996
- ARQUIDIOCESE de Florianópolis – *Encontros para Grupos de Reflexão* – 1999
- BRANDES, Dom Orlando. *João Paulo II e Gandhi*: Jornal A Notícia - março de 1997 - *Reconciliação Sim, Violência Não*: Jornal A Notícia – Junho de 1999
- BESEN, J. Artulino – *Jornal da Arquidiocese, Editorial* – maio de 1998
- CELAM – Documento de Puebla, 1979
- CEPAT - Informa. *O Imperialismo do Dinheiro* - Ano 5 nº 50 – Curitiba – 12/05/1999
- CNBB - *Carta ao Povo Brasileiro* – Itaicí, SP 04 – 08 de agosto de 1998
_____ - *Conjuntura Social e Descentralização Eclesial* – Boletim nº 431
- BETTO, Frei – *O Gosto Amargo do Sal* – Folha de São Paulo – 9/05/1999
- ISTO É - Revista, Senhor – *Miséria x Democracia* – 29/08/1990
- STÉDILE, João Pedro, et MELLO, José Albino; *Dívida Externa e Governo em Julgamento* – Folha de São Paulo – 9/05/1999.

Endereço do Autor:

ITESC
Cx. Postal 5041
88040-970 Florianópolis SC

“Dentro da “dimensão social” do Jubileu, o autor convida a refletir sobre a realidade, ou seja, o “mistério” da Reconciliação. “Não tanto sobre a sua estupenda realidade teológica, incomparavelmente proclamada pelo apóstolo Paulo, p. ex. na 2Cor 5,17-21, mas sobre a sua frágil realidade interumana, num mundo tão conflitivo e entre pessoas tão divididas como no nosso tempo”. Ora, como a reconciliação não acontece sem o perdão, e o perdão de certo modo absorve as exigências da justiça, é preciso também focalizar uma e outro: como conciliar perdão e justiça, para se chegar à reconciliação? Daí o tríplice título: Reconciliação, Perdão e Justiça”.

Reconciliação, Perdão e Justiça

Pe. Ney Brasil Pereira

Mestre em Ciências Bíblicas e professor de Exegese no Instituto Teológico de Santa Catarina.



Um dos grandes temas teológicos e pastorais deste terceiro e último ano de preparação para o Grande Jubileu é a Reconciliação. Na seqüência proposta, depois de termos, em 1997, focalizado Cristo, a Fé e o Batismo, e em 1998, o Espírito Santo, a Esperança e a Crisma, neste ano voltamos nossa atenção para o Pai, a Caridade, a Reconciliação. Como o Batismo é um sacramento, e assim também a Crisma, segue-se, por dedução lógica, que a Reconciliação de que aqui se trata é o sacramento respectivo, ou seja, o sacramento da Reconciliação. Acontece, porém, que a Reconciliação, se bem que celebrada no sacramento, precede-o e ultrapassa-o enormemente, como aliás explica João Paulo II na Exortação pós-sinodal *Reconciliatio et Paenitentia*¹.

De fato, um dos perigos que rondam constantemente a expressão da nossa fé cristã, perigo tantas vezes denunciado pelos profetas no seu tempo e reafirmado por Jesus, é o da acentuação do rito, em prejuízo da prática. Basta recordar que, pelo menos duas vezes, Jesus se fez eco da palavra de Oséias: *Eu quero a misericórdia/bondade/amor, e não o sacrifício ritual* (Os 6,6 em Mt 9,13 e 12,7). Ora, esse perigo ronda também – é necessário dizê-lo – a celebração do próprio Jubileu. Se a celebração se reduzisse aos “sinais tradicionais”, mencionados e reconhecidos na Bula de convocação², a saber, a Peregrinação, a Porta Santa, e a Indulgência³, sem o devido componente ético, não estaríamos correspondendo ao que Deus realmente quer de sua Igreja. Por isso mesmo o Papa recorda “outros sinais possíveis”⁴ da celebração jubilar, embora não com a mesma clareza com que o fizera na carta apostólica *Tertio Millennio Adveniente*, de 1994⁵. Entre esses “outros sinais”, João Paulo II lembra novamente a “purificação da memória”, pelo reconhecimento dos pecados e de todo o contra-testemunho dos cristãos, no passado e no presente; lembra também o sinal, “hoje particularmente necessário”, da “caridade” em relação a tantos pobres e excluídos, voltando aí a mencionar o problema da Dívida Externa; e ainda fala do “sinal” dos mártires, especialmente os deste século, cuja memória não pode ser esquecida⁶.

É dentro desta “dimensão social” do Jubileu que convidamos o leitor a refletir sobre a realidade, ou seja o “mistério”⁷ da Reconciliação. Não tanto sobre a sua estupenda realidade teológica, incomparavelmente proclamada pelo apóstolo Paulo, p. ex. na 2Cor 5,17-21, mas sobre a sua frágil realidade interumana, num mundo tão conflitivo e entre pessoas tão divididas como



no nosso tempo. Ora, como a reconciliação não acontece sem o perdão, e o perdão de certo modo absorve as exigências da justiça, é preciso também focalizar uma e outro: como conciliar perdão e justiça, para se chegar à reconciliação? Daí o tríptico título acima: Reconciliação, Perdão e Justiça.

1. A Reconciliação

1.1. Algumas situações negativas

Ron Nikkel, Presidente da PFI (Prison Fellowship International), no Boletim bimestral da entidade⁸, escreveu interessante página sobre a “Reconciliação através de Cristo”, começando por relatar algumas situações humanas aparentemente sem saída. A primeira, a de um casal que decide separar-se, depois de mais de vinte e cinco anos de casamento, alegando “incompatibilidade” e “diferenças inconciliáveis”. Outra, a de um acusado que reconhece o crime que praticou e, arrependido, suplica ao Juiz que o perdoe, que lhe dê uma oportunidade... mas seu arrependimento, mesmo que sincero, não desfaz o dano e sofrimento causados por seu delito, e o Juiz o condena. Outra, a de operários que reivindicam e patrões que recusam, aqueles ameaçando com a greve e estes com o fechamento da fábrica, até que as “forças da ordem” intervêm e a parte mais fraca, a contragosto, é obrigada a ceder. Ainda outra, a de regiões divididas por questões de raça ou “religião”, como na Irlanda ou em Kosovo, que não conseguem solucionar diplomaticamente suas diferenças e respondem à agressão com novas agressões...

Ora, como o mesmo Ron Nikkel comenta, essas atitudes e esses desfechos são tão frequentes que acabam sendo considerados normais. E nós mesmos passamos a concordar que um casal com relacionamento cortado se separe; que o praticante de um crime não deva ter nova chance mas seja rigorosamente punido; que os operários devam ser obrigados a ceder em suas reivindicações para que não se perturbe a “ordem”; e que uma nação ou região ameaçada em sua integridade tenha o direito de retaliar a agressão com a força das armas..

Pois bem, o Evangelho propõe algo novo. Longe da retaliação, do compromisso forçado, do castigo, da separação, Jesus apresenta o caminho realmente novo: da reconciliação.

1.2. A novidade da reconciliação

Jesus, que é a Reconciliação em pessoa, e por cuja morte fomos reconciliados (cf Rm 5,10), no-la apresenta no Sermão da Montanha, ao



demonstrar-nos como a justiça dos seus discípulos devia ultrapassar a dos escribas e fariseus, ultrapassando também a letra da Lei. Assim, se a Lei dizia *Não matarás* (Ex 20,13), os seus discípulos deviam evitar até as palavras ofensivas, cujo revide, avolumando-se, poderia chegar ao assassinato (Mt 5,21-22). Mas Jesus chega mais longe: *Se, ao trazeres a tua oferta ao altar, ali te lembrares de que teu irmão tem alguma coisa contra ti (!), deixa a tua oferta diante do altar e vai primeiro reconciliar-te com teu irmão. Só depois virás apresentar a tua oferta* (Mt 5,23-24)⁹.

Onde é que está a novidade? Primeiro, no fato de que a reconciliação é apresentada como mais importante que a religião. Não que esta não seja importante: a oferta vai poder ser apresentada, o sacrifício vai ser oferecido. Só que, não antes, mas depois, da reconciliação. Segundo, a iniciativa deve ser tua, não do outro. Tu não deves esperar que o outro se esqueça, que aos poucos releve, mas tens de ir ao seu encontro, deves tu primeiro reconciliar-te com ele!

Na prática, como temos dificuldade, até em família, até numa comunidade religiosa, de “dar o braço a torcer”, de tomar a iniciativa da reconciliação! E, armados com as nossas desculpas, continuamos a ir à igreja, a celebrar a Eucaristia, a *apresentar a nossa oferta* diante do altar, apesar de nosso irmão/irmã ter “alguma coisa” contra nós... Não é o caso de levarmos mais a sério esta exigência do Evangelho? E não só na dimensão interpessoal, relativamente mais fácil, mas também na dimensão social, que não pode faltar no Jubileu: não vemos que nossos irmãos/irmãs necessitados têm contra nós o fato de que os ignoramos, não os vemos, nos omitimos? Como então reconciliar-nos com eles, sem ir até onde se encontram, sem atravessar essa muralha da divisão que se interpõe entre ricos e pobres, sem encontrá-los e dar-lhes a mão? Como reconciliar-nos sem o resgate das dívidas sociais que aí estão?

Uma terceira novidade a encontramos na urgência com que devemos fazê-lo. No v. que segue imediatamente ao texto que estamos comentando, Jesus afirma: *Põe-te logo de acordo com teu adversário, enquanto estás com ele a caminho. Caso contrário, ele te entregará ao Juiz e o Juiz ao guarda, e acabarás lançado à prisão...* (Mt 5,25) Alguém poderia objetar que aí se trata de outra coisa, e os exegetas de fato discutem o sentido exato desse loguion que se encontra também, em outro contexto, no c. 12 de Lucas (Lc 12,58-59). Acontece que o redator mateano o inseriu aqui, como reforço à exigência da reconciliação. Se os vv. 23 e 24 insistem em que a reconciliação venha antes da oferta, na vida diária, aqui, neste v. 25s, ela tem de ser feita “já”, *enquanto estás a caminho*, isto é, antes que venha a hora em que devas



defrontar-te com o Juiz inexorável, no tribunal divino, onde de nada valerão as escusas.

Há ainda outra passagem do Novo Testamento em que aparece a exigência da reconciliação, exigência atribuída a Jesus, embora recordada por Paulo. Trata-se do c. 7 da primeira carta aos coríntios, passagem onde o Apóstolo aborda a questão do casamento e do divórcio. E escreve: *Aos casados ordeno, não eu mas o Senhor, que a mulher não se separe do marido. Se, porém, vier a separar-se, não se case novamente. Ou, então, reconcilie-se com o marido. Da mesma forma, o marido não repudie a sua mulher* (1Cor 7,10-11). Isto é, em relação aos casados, a recomendação primeira, “conforme a vontade do Senhor”, é todo o esforço para preservar a união. Ocorrida, porém, a separação, não há possibilidade de outro casamento¹⁰ - sempre segundo o projeto, a vontade do Senhor - restando aberta somente a porta da reconciliação. Estreita que seja, mas tal é a porta – a porta estreita – *que conduz à Vida* (cf Mt 7,13-14). No caso, à vida do casamento restaurado.

1.3. Os passos da reconciliação humana

No c. 18 de Mateus, que é todo uma seqüência de ensinamentos de Jesus sobre a vida em comunidade, constituindo o quarto grande discurso do primeiro evangelho, o chamado “sermão eclesial”, Jesus nos propõe uma metodologia da correção fraterna. Essa metodologia seriam os “passos” da reconciliação. Jesus no-la propõe logo após a pequena parábola da ovelha perdida, terminada com a afirmação programática de que *não é da vontade do vosso Pai celeste que um só destes pequeninos se perca* (Mt 18,14). Por isso mesmo, para que ninguém se perca, Jesus ensina a compreensão, a paciência e o respeito, para com os que erram. Eis a metodologia: primeiro, a advertência em particular, discretamente, *a sós contigo* (18,15); só num segundo momento, se a primeira tentativa não surtiu efeito, então o recurso *a mais uma ou duas pessoas* (18,16); num terceiro momento, a advertência na comunidade, *diante da Igreja* (18,17)... e só então a exclusão ou, antes, o isolamento punitivo, mas ainda esperançoso, do culpado. Por que “esperançoso”? Porque, embora a comunidade deva agora tratar o rebelde como um “gentio” ou “publicano”, isolando-se dele (18,17b), esse isolamento não pode ignorar que Jesus acolheu precisamente os “publicanos” (cf Mt 9,10-13) e mandou seus discípulos evangelizarem os “gentios” (cf Mt 28,19).

Infelizmente, quantas “perdas de irmãos”, quantas desavenças continuam, quantos conflitos perduram e se agudizam, simplesmente porque não se dá nem o primeiro passo, nem o primeiro movimento em busca da



reconciliação. Desconhecendo-se a metodologia do mestre Jesus, simplesmente queimam-se etapas, sem uma tentativa sequer de diálogo, partindo-se logo para o rompimento e a exclusão. Como admirar-se, no caso, de que não aconteça a reconciliação?

1.4. A maravilha da reconciliação divina

Se a reconciliação humana interpessoal é feita de pequenos passos, a serem multiplicados cá e lá, na busca incessante da superação de rupturas e desencontros, a reconciliação divina, ao contrário, é uma realidade já consumada, maravilhosa, cósmica! E dela o apóstolo Paulo se faz o insuperável “embaixador”, como vemos na segunda carta aos coríntios, c. 5,17b-21:

*Passaram-se as coisas antigas: eis que se fez uma realidade nova. Tudo isto vem de Deus, que nos **reconciliou** consigo por Cristo e nos confiou o ministério da **reconciliação**. Pois era Deus que em Cristo **reconciliava** o mundo consigo, não imputando aos homens as suas faltas e colocando em nós a palavra da **reconciliação**. Sendo assim, em nome de Cristo exercemos a função de embaixadores e por nosso intermédio é Deus mesmo quem vos exorta. Em nome de Cristo suplicamo-vos: **reconciliai-vos com Deus!** Aquele que não conheceu o pecado, Deus o fez pecado por causa de nós, a fim de que, por ele, nos tornemos justiça de Deus (2Cor 5,17b-21)*

Nota-se aí como o autor da reconciliação é Deus, o Pai, e mediador e instrumento da reconciliação é o Filho, Jesus Cristo, *feito pecado* - e, por isso, sendo “castigado” - *por nossa causa*, e beneficiários somos nós, a quem, porém, o Apóstolo suplica, como aos coríntios: *Reconciliai-vos com Deus!* Isto é, apesar de “reconciliados”, cabe a nós, da nossa parte, “reconciliar-nos”, acolhendo, com humildade e sofreguidão, essa graça, dom gratuito do Senhor.

Mas temos também a proclamação da carta aos romanos, na qual o Apóstolo localiza na morte do Senhor o momento efetivo da nossa reconciliação: *Pois, se quando éramos pecadores, fomos **reconciliados** com Deus pela morte de seu Filho, muito mais agora, uma vez **reconciliados**, seremos salvos por sua vida. E não só. Nós nos gloriamos em Deus por Nosso Senhor Jesus Cristo, por quem desde agora recebemos a **reconciliação*** (Rm 5,10-11). Novamente, a afirmação do fato consumado, imerecido, gratuito.

Por último, nos hinos cristológicos de Efésios e Colossenses, o mesmo



Paulo expressa de maneira grandiosa esse “mistério”. Assim, na carta aos efésios, a afirmação convicta da *derrubada do muro de separação* entre judeus e gentios, com o surgimento de um só “Homem Novo”, reconciliado no Cristo: *Ele é a nossa Paz. De ambos os povos fez um só, tendo derrubado o muro da separação e suprimido em sua carne a inimizade – a lei dos mandamentos expressa em preceitos – a fim de criar um só Homem Novo, estabelecendo a Paz, e **reconciliar** a ambos em um só Corpo, por meio da cruz, na qual Ele matou a inimizade* (Ef 2,14-16).

Na carta aos colossenses, Paulo celebra a reconciliação universal, “de todos os seres, os da terra e os dos céus”, “pelo sangue da sua Cruz”: *Ele – o Cristo – é a Cabeça da Igreja, que é seu Corpo. Ele é o Princípio, o Primogênito dos mortos, tendo em tudo a primazia. Pois nele aprouve a Deus fazer habitar a Plenitude, e **reconciliar** por ele e para ele todos os seres, os da terra e os dos céus, realizando a paz pelo sangue da sua Cruz... Ele vos **reconciliou** no corpo de sua carne, mediante a sua morte, para apresentar-vos perante Ele santos, inculpáveis e irreprensíveis* (Cl 1,18-21).

Em suma, a maravilha da reconciliação universal se consumou na Cruz do Senhor, na sua morte, no seu sangue... Como? De que maneira a morte violenta de Jesus, “aplacou a Justiça” do Pai e nos reconciliou com Ele? Por que essa Justiça devia ser “aplacada” com o sangue do Filho? - São perguntas que poderiam multiplicar-se e que o Novo Testamento não responde diretamente, embora nos dê pistas para algumas respostas e insista em afirmar o fato. Entre essas pistas assinalo Mc 10,45 e Mt 20,28, onde a palavra de Jesus se inspira na sua identificação com o Servo Sofredor de Is 53: *O Filho do Homem não veio para ser servido, mas para servir e dar a vida em resgate por muitos*. Outra pista, que me chama particularmente a atenção, é a que encontramos na primeira carta de João, no c. 3,16, onde vemos que a morte violenta de Jesus, assumida livremente (cf Jo 10,18), foi um ato de amor: *Nisto conhecemos o Amor: Ele deu a vida por nós*. E logo a seguir, o apóstolo tira a conclusão antropológica prática: *Por isso, também nós devemos dar a nossa vida...* (1Jo 3,16) Quer dizer: é o amor-entrega, amor-doação, amor capaz de “dar a própria vida”, amor que chegou à perfeição na morte de Jesus e na sua ressurreição, é esse amor que reconciliou o mundo e que, praticado por seus discípulos, atualiza essa reconciliação¹¹.

2. O Perdão

Para que haja reconciliação é preciso que se remova a causa da ofensa e se ofereça e se aceite o perdão. Sem perdão, não há reconciliação. E não há paz, como o lembrava João Paulo II na sua mensagem para o Dia Mundial da



Paz, em 1-1-1997¹², com o slogan: “Oferece o perdão, recebe a paz!”

2.1. Perdão, uma exigência evangélica

Bem o compreendeu Mateus, o evangelista que mais insiste no perdão mútuo, condição necessária, aliás, para o próprio perdão de Deus em nosso favor. De fato, se também Lucas nos transmite o pedido que está no Pai-nosso – *perdoai-nos, assim como nós perdoamos* (Lc 11,4, como Mt 6,12) – é Mateus quem reforça insistentemente esse ensinamento de Jesus, acrescentando logo após o Pai-nosso estas palavras do Mestre: *Se perdoardes aos outros as suas faltas, também vosso Pai celeste vos perdoará. Mas se não perdoardes aos outros, também o vosso Pai celeste não perdoará as vossas faltas* (Mt 6,14-15).

Além disso, é Mateus quem nos reporta, entre outros ensinamentos do Mestre sobre a vida em comunidade, no c. 18, a resposta de Jesus à pergunta muito prática de Pedro: *Senhor, quantas vezes devo perdoar a quem pecar contra mim? até sete vezes? É que os rabinos da época já respondiam a esse tipo de pergunta e admitiam um máximo de três, mas não quatro perdões¹³. E Jesus responde, para surpresa de Pedro e nossa: Não te digo até sete vezes, mas setenta vezes sete vezes* (Mt 18,21-22)...

E para que não restasse dúvida alguma, Jesus contou a parábola do “devedor implacável”, isto é, daquele que, devendo muitíssimo a seu rei e tendo sido perdoado, não soube ser misericordioso para com um companheiro que lhe devia pouca coisa... E o resultado foi a perda irreparável do perdão já concedido, que agora lhe é retirado. E Jesus conclui assim a parábola: *Eis como o Pai celeste agirá convosco, se cada um de vós não perdoar, de coração, a seu irmão* (Mt 18,35). Exatamente isto, em poucas palavras, é o princípio fundamental já expresso no Pai-nosso: *perdoai-nos, assim como nós perdoamos...*

Em Marcos temos uma passagem apenas, mas muito significativa, sobre o perdão das ofensas. É quando Jesus fala sobre o poder da oração feita com fé, ao garantir a seus discípulos: *Tudo quanto suplicardes e pedirdes, crede que o recebestes, e assim será para vós* (Mc 11,24). Sob uma condição, porém: *Quando estiverdes orando, se tiverdes alguma coisa contra alguém* (em Mt 5,23: *se o teu irmão tiver alguma coisa contra ti...*) *perdoai-o, para que também vosso Pai celeste vos perdoe as vossas ofensas.*

Em Lucas, no chamado “sermão da planície”, na seqüência em que Jesus nos ensina a fazermos aos outros o que queremos que eles nos façam (Lc 6,31, paralelo à “regra de ouro” de Mt 7,12), encontramos a norma tríplice:



Não julgueis, e não sereis julgados; não condeneis, e não sereis condenados; perdoai, e vos será perdoado (Lc 6,37). Ainda em Lucas, além do Pai-nosso e da palavra sobre o perdão do irmão que pecar *sete vezes por dia contra ti e sete vezes retornar* (Lc 17,3-4, paralelo a Mt 18,15.21-22), temos o exemplo supremo do Mestre que, do alto da cruz, perdoa e intercede pelos que o estavam torturando, injuriando e matando: *Pai, perdoai-lhes, porque não sabem o que fazem* (Lc 23,34).

Se em João, no evangelho e nas cartas, nada encontramos explicitamente sobre o perdão mútuo das ofensas¹⁴, em Paulo temos o seu conselho convincente aos cristãos de Éfeso: *Sede bondosos e compassivos uns com os outros, perdoando-vos mutuamente, como também Cristo vos perdoou* (Ef 4,32). Da mesma forma, aos cristãos de Colossas: *Supportai-vos uns aos outros com amor, perdoando-vos mutuamente, se alguém tem motivo de queixa contra o outro. Como o Senhor vos perdoou, assim também fazei vós* (Cl 3,13).

De resto, o ensinamento de Jesus já fora preludiado pelo Sirácida, dois séculos antes. De fato, aprofundando o mandamento do Levítico, que proíbe o ódio ao irmão e a vingança e o rancor contra o próximo (Lv 19,17-18), o Sirácida foi o primeiro a descobrir o nexos entre o perdão mútuo e o perdão que o ser humano pede a Deus. Por isso, assim ele aconselha a seus discípulos: *Quem se vingar, encontrará vingança no Senhor, que pedirá contas dos pecados. Perdoa a teu próximo a injustiça cometida; então, quando orares, teus pecados serão perdoados. Se um homem guardar rancor contra o outro, como poderá buscar a cura no Senhor? Se não tem compaixão do seu semelhante, como suplicará por suas próprias faltas? Se ele, que é carne, guarda rancor, quem lhe perdoará os pecados?* (Sir 28,1-5)¹⁵.

2.2. Perdão, uma proposta exigente

Que o perdão não seja algo de espontâneo e natural é óbvio, até nos relacionamentos diários, nos pequenos desencontros na família ou no ambiente de trabalho. Também nas pequenas ofensas não é fácil o perdão. Como reflete João Paulo II na citada Mensagem para o Dia da Paz de 1997: “Perdoar do fundo do coração pode às vezes revelar-se até heróico. A dor pela perda de um filho, um cônjuge, um irmão, dos próprios pais ou até de toda a família, perda causada pela guerra, pelo terrorismo ou por ações criminosas, pode impelir a pessoa a isolar-se totalmente do outro. Aqueles que ficaram sem nada, porque privados da terra e da casa, os prófugos e quantos suportaram o ultraje da violência, não podem deixar de sentir a tentação do ódio e da vingança”¹⁶.



Exemplificando ainda concretamente entre nós: mesmo quem não tenha sofrido pessoalmente ou na pessoa de um ente querido as diversas formas de violência urbana, a simples notícia, na TV ou na página policial, de assaltos, estupros, latrocínios, chacinas etc, produz espontaneamente em quem ouve ou lê – quanto mais em quem é diretamente atingido! – a reação instintiva do ímpeto da vingança. E logo se apela, ante a onda crescente desses crimes, para a “solução” da pena de morte, revigorando a antiga lei do talião, de Ex 21,24. E assim nós, cristãos, nos esquecemos de que Jesus nos manda superar essa lei: *Ouvistes o que foi dito: Olho por olho, dente por dente. Eu, porém, vos digo: Não resistais ao malvado...* (Mt 5,38-39) Mais ainda. Jesus nos manda *amar os inimigos, fazer o bem aos que nos odeiam, bendizer os que nos amaldiçoam, orar pelos que nos difamam. Manda-nos, também, a quem nos ferir numa face, oferecer a outra, e não recusar a túnica a quem nos arrebatou a capa...* (Lc 6,27-29) Isto é, Jesus nos propõe decididamente o caminho da não violência, do perdão, da reconciliação. E nos manda perdoar *setenta vezes sete vezes*, isto é, “até que a generosidade vença o mal e não haja mais pecado”¹⁷.

Proposta exigente, sem dúvida, porque contrária aos nossos impulsos, ao nosso instinto de defesa, ao nosso ímpeto de revide e vingança. Mas não podemos ignorá-la ou escondê-la, pois assim o quis, assim o ensinou, assim o praticou Jesus, a quem reconhecemos como *Mestre e Senhor* (Jo 13,13).

2.3. Perdão, uma característica do Pai

Basta recordar a parábola do “Pai misericordioso”, mais conhecida como a do “filho pródigo”, em Lc 15,11-32. Narrada aos “fariseus e escribas”, que murmuravam porque Ele recebia os pecadores e comia com eles, Jesus insiste em que Deus, o Pai, é assim: Ele deixa o filho sair de casa, depois de entregar-lhe a parte da herança que lhe cabe, e recebe-o de volta sem qualquer reprimenda, feliz porque o filho, o pecador, voltou. Única condição: o arrependimento, a volta, para esse perdão totalmente gratuito, que o filho mais velho não quer entender. Mas o Pai, Deus, argumenta que não é possível não festejar essa volta, não se alegrar com esse “morto” que tornou a viver (Lc 15,32)...

Mas então, se Deus, o Pai, é assim, e se Ele quer que sempre perdoemos para poder ser perdoados, isto querará dizer que Ele também perdoados sempre e, em consequência, ninguém no fim seria condenado? Ora, isso evidentemente contrasta com tantas passagens do Novo Testamento que supõem a condenação, por exemplo, em Mateus, como também em Marcos e em Lucas, a menção do *pecado que não tem perdão, nem neste mundo nem no outro, o pecado contra o Espírito Santo* (Mt 12,32)... ou, ainda em Mateus,



a parábola profética do Juízo Final (Mt 25,31-46), que termina com a clara referência ao “fogo eterno” e “castigo eterno” daqueles/as que, nesta vida, não souberam reconhecer o Senhor nos pobres... Isto é, Deus perdoados sempre, desde que, sinceramente arrependidos, voltamos à “casa paterna” do seu amor, não nos fechando ao seu perdão. Ora, “pecar contra o Espírito Santo”, culposamente não discernindo a ação do Espírito em Jesus e até interpretando-a com malícia, é – enquanto perdurar essa atitude – fechar-se ao perdão. Como é também fechar-se ao perdão o não querer perceber, não querer reconhecer a presença real do Senhor nos famintos-sedentos-forasteiros-nus-doentes-presos da nossa sociedade, aqueles que batem à nossa porta ou que nem à nossa porta podem chegar... Enquanto não formos *misericordiosos*, podemos pretender (cf Mt 5,7) *alcançar misericórdia*? Se não tivermos compaixão, podemos pretender que Deus tenha compaixão de nós e nos perdoe? Se não perdoarmos, podemos ser perdoados?

2.4. Perdão, convite à impunidade?

O perdão, bem entendido, ou como se exprime João Paulo II na citada Mensagem para o Dia Mundial da Paz de 1997, “na sua forma mais autêntica e elevada, é um ato de amor gratuito. E precisamente enquanto ato de amor, tem também as suas exigências intrínsecas, a primeira das quais é o respeito da verdade”¹⁸. Essa exigência da verdade não pode ignorar que o mal é mal, que a mentira é mentira, que a violência é violência, que a corrupção é corrupção. Dentro dessa condição, “perdoar sempre” não é favorecer a impunidade¹⁹, porque supõe, da parte de quem é perdoado, o reconhecimento do seu erro, e o propósito de não abusar do perdão, de não se aproveitar da bondade, do próximo e do próprio Deus.

As perguntas poderiam multiplicar-se, caso por caso, na prática, a começar dos pais em relação às faltas dos filhos, dos professores em relação aos alunos, da polícia em relação aos infratores, das vítimas em relação aos agressores. Apesar de tudo, mesmo cientes de que as crianças, aliás todos, devemos reconhecer os nossos limites; de que a ordem social deve ser preservada; de que as leis devem ser cumpridas (por todos!); de que os prejuízos devem ser ressarcidos; de que não se pode confundir perdão com impunidade etc etc, Jesus nos propõe, de maneira inequívoca: *Se não perdoardes, não sereis perdoados!* (Mt 6,15)

3. A Justiça

A palavra “Justiça”, de tão amplo emprego na Bíblia, evoca em primeiro lugar, na linguagem comum, uma ordem jurídica: o juiz “faz justiça” fazendo

respeitar os costumes e a lei, punindo ou recompensando de acordo com as obras. Nesse sentido, como observa Jean Gibley²⁰, “humana e juridicamente, o perdão não se justifica”... Como, pois, conciliar justiça e perdão?

3.1. Justiça e Perdão

Na Mensagem mais vezes citada, João Paulo II nos fala do “segundo pressuposto essencial do perdão, a justiça, que tem o seu critério último na lei de Deus e no seu desígnio de amor e de misericórdia sobre a humanidade. Assim entendida, a justiça não se limita a estipular o que é reto entre as partes em conflito, mas visa sobretudo restabelecer relações autênticas com Deus, com nós mesmos, com os outros. Não existe, assim, qualquer contradição entre perdão e justiça. De fato, o perdão não elimina nem diminui a exigência da reparação, que é própria da justiça, mas pretende reintegrar, quer as pessoas e os grupos na sociedade, quer os Estados na comunidade das nações. Nenhuma punição deve mortificar a dignidade inalienável de quem praticou o mal. A porta para o arrependimento e a reabilitação deve ficar sempre aberta”²¹.

Na Encíclica *Dives in Misericordia*, lemos ainda, em outras palavras: “A exigência de ser generoso em perdoar não anula as exigências objetivas da justiça. A justiça bem entendida constitui, por assim dizer, a finalidade do perdão. Em nenhuma passagem do Evangelho, o perdão, ou mesmo a misericórdia como sua fonte, significa indulgência para com o mal, o escândalo, a injúria causada, o ultraje feito. Em todos esses casos, a reparação do mal e do escândalo, o ressarcimento do prejuízo causado e a satisfação da ofensa feita, são a condição necessária do perdão”²².

A propósito, como lembra o Texto-Base da CF-97, sobre os Encarcerados, “Jesus não propõe que se elimine o que chamamos de justiça. Mas o Evangelho nos convida a ir além da simples definição e aplicação de uma sentença; ele quer que olhemos para a pessoa e façamos por ela algo mais do que aquilo que uma lei pode exigir. Nossa justiça não pode ser vingança ou cumprimento frio de leis. Precisa ser uma justiça regeneradora, curativa, excedendo a justiça *dos escribas e fariseus*...”²³.

3.2. A Justiça do Pai

Uma das passagens do Novo Testamento que melhor nos apresentam o que seja afinal a Justiça, assim como Deus a entende e pratica, é certamente a parábola dos operários na vinha, em Mt 20,1-16. Tive a oportunidade de comentá-la no número anterior desta revista, no artigo

intitulado “Trabalho, Salário e Justiça”, com o subtítulo “A Justiça do Pai”²⁴. Nessa parábola, o pai-de-família nos surpreende, como surpreendeu aos operários da primeira hora, “pagando” o salário integral da jornada também aos últimos, os operários da undécima hora. Mas como? Isto não é desconsiderar o trabalho feito pelos primeiros e incentivar o retardamento dos últimos? Não. O Pai, que bem conhece seus filhos e *sabe do que cada um de nós precisa* (cf Mt 6,8); o Pai que *faz nascer o seu sol sobre maus e bons e cair a chuva sobre justos e injustos*, esse Pai entende que a justiça não está na matemática retribuição das capacidades, mas na misericordiosa atenção às necessidades: eles, os últimos, precisavam demais daquele salário, e foram evidentemente humildes em aceitar o convite à undécima hora. Foi o bastante para que o Pai, sem ser “injusto” para com os primeiros (cf Mt 20,13), desse também aos últimos o que lhes era necessário para a sobrevivência. E a parábola conclui, invertendo os nossos parâmetros, mas de acordo com a sua introdução, que *os últimos serão primeiros, e os primeiros serão últimos* (Mt 20,16).

Pois bem, é essa Justiça “regeneradora, curativa, e criativa”, que *excede à dos escribas e fariseus* (Mt 5,20), é essa Justiça que se concilia perfeitamente com o perdão. É essa Justiça que Jesus, com João Batista, vem *cumprir* (Mt 3,15); é dessa Justiça que devemos *ter fome e sede*, e pela qual devemos estar prontos a *ser perseguidos* (Mt 5,6 e 10); é, enfim, essa Justiça que devemos *procurar em primeiro lugar*, junto com o Reino de Deus, como o maior sinal desse Reino (Mt 6,33).

Conclusão

No calendário oficial das celebrações do Ano Santo, consta, entre outras, a do “Jubileu dos Presos”, no Domingo, 9 de julho. Nesse dia, o Papa, em Roma, visitará uma prisão e fará um pronunciamento. No mesmo dia, em todas as sedes diocesanas do mundo, o Bispo local e, nas outras prisões, o Pároco ou outro ministro da Igreja, deverá celebrar esse Jubileu especial. De que modo? Evidentemente esse dia deverá ser o ponto de chegada de uma preparação, da qual não poderão faltar dois elementos: 1) um mutirão para libertar todos os presos que estiverem em condições legais de serem libertados, também através de um indulto especial; 2) ao mesmo tempo, um processo de reconciliação: dos presos com a sociedade e desta com os presos, dos presos consigo mesmos e com Deus...

Utopia? Difícil? Aí está um teste, entre outros, para a qualidade da nossa fé, do nosso cristianismo. Aí está também um teste, para a qualidade da nossa celebração do Jubileu. Que será tanto mais “jubiloso” quanto mais transformar as nossas vidas, quanto mais nos conduzir à Reconciliação, nos

seus vários níveis e, por ela, à Paz, que é fruto da Justiça (Is 32,17). Esta, a nossa missão de cristãos, já reconciliados por Deus pela morte do seu Filho (Rm 5,10) e chamados, como Paulo (cf 2Cor 5,18-21), a ser ministros e instrumentos da Reconciliação.

Notas

¹ JOÃO PAULO II, *Reconciliatio et Paenitentia*, Exortação pós-sinodal sobre a Reconciliação e a Penitência na missão da Igreja hoje, 1984. Ver especialmente a 1a e a 2a parte do Documento

² JOÃO PAULO II, Bula *Incarnationis Mysterium*, de proclamação do Grande Jubileu do ano 2000, publicada aos 29-11-98

³ Id., *ibid.*, nn. 7, 8, e 9-10

⁴ Id., *ibid.*, n.11. Estranhei esse adjetivo "possíveis". Penso que se trata, antes, de sinais "necessários", e necessários para que os "tradicionais" tenham sentido

⁵ JOÃO PAULO II, *Tertio Millennio Adveniente*, Carta Apostólica sobre a preparação para o Jubileu do ano 2000, de 10-11-94. Cf os nn. 12,13,14 sobre a dimensão social do Jubileu, os nn. 33, 34 e 35 sobre o reconhecimento dos pecados do passado, o n. 36 sobre os pecados do presente, o n. 51 sobre o perdão da Dívida Externa etc

⁶ JOÃO PAULO II, Bula *Incarnationis Mysterium*, já cit., nn. 11, 12 e 13

⁷ Retomando aqui a expressão que aparece na 1Tm 3,15: *o mistério da piedade*

⁸ NIKKEL, Ronald, *Reconciliation through Christ*, in PFI World Report, março-abril de 1999, p. 4. Em espanhol a entidade chama-se "Confraternidad Carcelaria Internacional"

⁹ A propósito, lemos no tratado Yomá, da Mishná, o seguinte: "Para transgressões que existem entre o homem e Deus, o Dia da Expição leva a efeito a propiciação; mas para transgressões entre o homem e seu próximo, o Dia da Expição efetua propiciação somente se o transgressor aplacou o seu próximo" (*Yomá* 8,9, cit. no *Novo Dicionário Internacional de Teologia do Novo Testamento*, ed. Coenen, L., Ed. Vida Nova, SP, 1983 (trad.), vol. IV, p. 77, verbete "Reconciliação")

¹⁰ A posição clara de Jesus quanto à indissolubilidade do casamento nos foi transmitida expressamente não só por Paulo, na passagem citada (1Cor 7,10-11), mas também por Mc 10,11-12 e por Lc 16,18 além de por Mt 5,32 e 19,9. Nas duas passagens mateanas há o famoso inciso *a não ser por causa de fornicção* (em gr. *porneia*), que tem sido diversamente interpretado, p. ex. na tradição oriental e nas igrejas protestantes, mas que não pode ignorar a clareza dos textos de Mc, Lc e Paulo

¹¹ O belo ensaio de Leonardo BOFF, *Paixão de Cristo, Paixão do mundo*, com seu subtítulo *Os fatos, as interpretações e o significado ontem e hoje*, Ed. Vozes 1977, apresenta um quadro bastante completo da questão. No mesmo ano, sobre o mesmo

assunto, Benedito FERRARO publicava a sua tese doutoral: *A significação política e teológica da morte de Jesus*, também Ed. Vozes, 1977. Recentemente FERRARO voltou ao assunto: *Cristologia em tempos de ídolos e sacrifícios*, Paulus, 1999, refletindo sobre a morte violenta de Jesus a partir da ótica dos pobres.

¹² JOÃO PAULO II, *Mensagem para a celebração do Dia Mundial da Paz*, 1-1-1997

¹³ Como se lê no Tratado Yomá, da Mishná: "Diz Rabi Yosef: Se alguém pecar uma, duas, ou três vezes, ainda é perdoado. Mas não o será se pecar quatro vezes, segundo o que se lê em Ex 34,7 e Am 2,1 (*Yomá* 5,13, cit. por BONNARD, Pierre, *L'Évangile selon Saint Matthieu*, Delachaux et Niestlé, Neuchâtel, 1970, p. 277)

¹⁴ Na primeira carta, João fala, sim, da "oração" pelo irmão que comete um pecado "que não conduz à morte" (1Jo 5,16), mas não aborda o perdão mútuo

¹⁵ Cf meu comentário a essa passagem em PEREIRA, N.B., *Sirácida ou Eclesiástico*, Comentário Bíblico Vozes-Sinodal, 1992, p. 137-138

¹⁶ JOÃO PAULO II, *Mensagem para o Dia Mundial da Paz*, 1-1-1997, n. 4

¹⁷ CNBB, Texto-Base da CF-97, sobre os Encarcerados, p. 71 (n.230)

¹⁸ JOÃO PAULO II, *Mensagem* cit., n. 5

¹⁹ Sobre os vários aspectos sociais da impunidade, cf o cit. Texto-Base da CF-97 sobre os Encarcerados, pp. 56-57 (nn. 177-180)

²⁰ Jean GIBLET, in X.LÉON-DUFOUR, *Vocabulário de Teologia Bíblica*, ed. Vozes 1971 (trad.), col. 760, verbete "Perdão"

²¹ JOÃO PAULO II, *Mensagem* cit., n. 4

²² Id., Encíclica *Dives in Misericordia*, n. 14, cit. no Texto-Base da CF-97, sobre os Encarcerados, p. 71 (n. 232)

²³ CNBB, Texto-Base da CF-97, p. 71 (n. 231)

²⁴ PEREIRA, Ney Brasil, *Trabalho, Salário e Justiça*, ou *A Justiça do Pai*, em *Mt 20,1-16*, art. in "Encontros Teológicos" n. 25 (1998/2), pp 58-65

Endereço do Autor:

ITESC
Cx. Postal 5041
88040-970 Florianópolis SC